



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA - CAEN  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA - MPE**

**SÉRGIO GONÇALVES DE MIRANDA**

**EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL,  
GRANDES REGIÕES E ESTADOS DO NORDESTE ENTRE 2001 E 2008**

**FORTALEZA  
2010**

**SÉRGIO GONÇALVES DE MIRANDA**

**EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL,  
GRANDES REGIÕES E ESTADOS DO NORDESTE ENTRE 2001 E 2008**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia – Mestrado Profissional – da Universidade Federal do Ceará - UFC, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia.

Área de Concentração: Economia do Setor Público

Orientador: Prof. Dr. Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto

**FORTALEZA  
2010**

**SÉRGIO GONÇALVES DE MIRANDA**

**EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL,  
GRANDES REGIÕES E ESTADOS DO NORDESTE ENTRE 2001 E 2008**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia – Mestrado Profissional – da Universidade Federal do Ceará - UFC, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia. Área de Concentração: Economia do Setor Público

Data de Aprovação: **25 de maio de 2010.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto  
Orientador

---

Prof. Dr. Ricardo Brito Soares  
Membro

---

Prof. Dr. Emerson Luís Lemos Marinho  
Membro

“Ao povo do Piauí, uma gente *arretada* que *purustempos peleja* para *aberar da lasqueira* e *dicunfôça* vai se *aproxegando* do desenvolvimento!”

## AGRADECIMENTOS

A Deus, sobretudo!

Às duas Marias, Luiza e Lourdes, pela maternidade compartilhada.

Ao meu Pai (*in memoriam*), por estar me protegendo o tempo todo.

Aos irmãos e sobrinhos, pela companhia nos piores e melhores momentos.

Aos amigos e amigas, que não só perdoaram as ausências, mas principalmente suportaram a tensa presença ao longo desses meses.

Aos colegas de turma, cuja formação heterogênea ajudou a ampliar os meus conhecimentos. Ao colega Sérgio Breuel, pela motivação e dicas valiosas.

Agradeço aos colegas de trabalho da SEPLAN que me ajudaram ao longo de toda essa caminhada e aguentaram o tranco nas minhas ausências. Agradecimentos fraternos para a Edilene Facundes que me apoiou em todas as fases desse trabalho.

Agradeço também ao Ilan, Fábio, Waldiney, Agacy, Hitelfran, Joseane, Patrícia, professor Sebastião Carlos, Geni e Salomé, que cataram informações valiosas.

Ao professor Antonio Luis, pela ajuda no trato com a estatística e ao Luciano Monteiro pela revisão da tradução do resumo.

Ao Cristiano Modesto pela disponibilidade para as consultas e conselhos.

Aos funcionários do CAEN, pela gentileza no trato com todos os alunos.

Um agradecimento especial ao Professor Doutor Flávio Ataliba, pela disponibilidade, paciência, confiança e capacidade de orientar sempre rumo ao melhor caminho, mesmo quando eu remava contra.

*“Tente.  
E não diga que a vitória está perdida  
Se é de batalhas que se vive a vida  
Tente outra vez.”*

**(Raul Seixas)**

*“Há mudança no Brasil. Ela não corre, mas  
anda. Não corre, mas ocorre.”*

**(Betinho)**

## RESUMO

Este trabalho utiliza dados da PNAD para evidenciar o comportamento da desigualdade da distribuição de renda nos estados do Nordeste, utilizando como medida o índice de Gini dos anos de 2001 e 2008. Concluiu-se que houve uma melhoria da distribuição de renda no Brasil, nas cinco grandes regiões do país e nos nove estados do Nordeste nesse período. Utilizando-se a metodologia proposta por Hoffmann (2006) para decomposição do índice de Gini, foi avaliada a contribuição de cada parcela da renda familiar *per capita* para esta queda do índice de Gini. Estima-se que a grande responsável pela queda da desigualdade foi a renda oriunda do trabalho, com participação de 67% na queda do índice no Brasil e 46% no Nordeste. Essa primazia da renda do trabalho ocorreu em cinco estados nordestinos: Rio Grande do Norte (66,92%), Ceará (62,56%), Pernambuco (58,76%), Maranhão (43,89%) e Sergipe (34,58%). No Piauí (63,31%) e na Bahia (50,74%), a parcela que contém a renda de juros, aplicações e transferências oficiais foi a maior responsável pela redução da desigualdade de renda. Já em Alagoas e Paraíba a maior contribuição veio da renda de aposentadorias e pensões, com percentual de 119,59% e 60,27%, respectivamente, de participação na queda do índice de Gini. Apesar da renda do trabalho ter sido aquela com maior contribuição para a queda da concentração de renda no Nordeste, não se pode desprezar o peso da renda advinda de juros, aplicações e transferências oficiais nesse processo, pois a média da contribuição desta parcela na queda do Gini na região é mais que o dobro da participação nacional. Essa contribuição elevada ocorre mesmo com uma participação relativamente baixa na formação da renda, que atinge o pico de 4,22% da Renda Familiar *Per Capita* no estado de Alagoas.

**Palavras-chave:** Desigualdade. Distribuição de Renda. Decomposição do Índice de Gini.

## ABSTRACT

This study uses data from the Statistical Office's annual national sample survey of Brazil (PNAD) to elucidate inequality of income distribution behavior in the Northeastern states using the Gini index for the years of 2001 and 2008 as standards. It has been concluded that income distribution in Brazil had been improved in the five large country regions and nine Northeastern states in this period. Using the methodology proposed by Hoffmann (2006) to decompose the Gini index, the contribution for each portion of family income per capita for the fall of the Gini index have been evaluated. It has been estimated that the major cause for the drop in inequality was the income from employment contributing 67% in the Brazilian fall and 46% in the Northeastern. This primacy of labor income occurred in five Northeastern states: Rio Grande do Norte (66.92%), Ceará (62.56%), Pernambuco (58.76%), Maranhão (43.89%) and Sergipe (34,58%). In Piauí (63.31%) and Bahia (50.74%), the portion that contains interest income, applications and official transfers were the main responsible for the reduction in income inequality. From another standpoint, in Alagoas and in Paraíba the largest contribution came from retirement income, with percentage of 119.59% and 60.27% stake, respectively. Although labor income have been the one with the largest contribution to the fall of income concentration in the Northeast, one can not disregard the weight of income arising from interest, applications and official transfers in the process, since the average contribution of this installment in the fall of the Gini in the region is more than double of national participation. This high contribution occurs even with a relatively low participation in the formation of income, which reaches a peak of 4.22% of family income per capita the state of Alagoas.

**Keywords:** Inequality. Income distribution. Decomposition of the Gini index.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Participação das parcelas da renda familiar <i>per capita</i> na renda total no Brasil e grandes regiões, 2001 – 2008.....	21
TABELA 2 - Razões de concentração relativas ao índice de Gini da distribuição da RFPC, Brasil e grandes regiões, 2001 – 2008.....	23
TABELA 3 - Decomposição do Índice de Gini por fonte de renda, Brasil e grandes regiões, 2001/2008.....	24
TABELA 4 - Evolução do Índice de Gini no Brasil e estados do Nordeste, 2001 – 2008.....	25
TABELA 5 - Participação das parcelas na formação da RFPC, Brasil e estados do Nordeste, 2001 – 2008.....	27
TABELA 6 - Razão de concentração do Índice de Gini, Brasil e estados do Nordeste, 2001 – 2008.....	28
TABELA 7 - Decomposição do Índice de Gini por parcela da RFPC, Brasil, Nordeste e Estados Nordestinos, 2001 – 2008.....	30

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Curva de Lorenz.....	16
GRÁFICO 2 - Evolução do Índice de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i> , Brasil, 1995 - 2008.....	19
GRÁFICO 3 - Taxa de crescimento médio da renda domiciliar <i>per capita</i> por décimos da distribuição, Brasil, 2001 a 2008.....	19
GRÁFICO 4 - Índice de Gini da renda familiar <i>per capita</i> , Brasil e grandes regiões, 2001 – 2008.....	20

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>14</b>
1.1 Base de Dados.....	14
1.2 Metodologia.....	15
<b>2 EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL E GRANDES REGIÕES ENTRE 2001 E 2008.....</b>	<b>18</b>
<b>3 EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE E MUDANÇAS NA COMPOSIÇÃO DA RFPC NOS ESTADOS DO NORDESTE ENTRE 2001 E 2008.....</b>	<b>25</b>
<b>4 CONTRIBUIÇÃO DAS PARCELAS DO RENDIMENTO PARA A QUEDA DA DESIGUALDADE DE RENDA NO NORDESTE ENTRE 2001 E 2008... </b>	<b>28</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>36</b>

## INTRODUÇÃO

Quando o carnavalesco Joãozinho Trinta cunhou sua célebre frase “quem gosta de pobreza é intelectual”, provocou grande incômodo no ambiente acadêmico. Apesar do tom debochado, não se pode negar que há certa verdade nessa afirmação, haja vista a posição de destaque ocupada pelo tema na produção acadêmica. Sem nenhuma dúvida, o principal motivo para essa centralidade são os dramáticos indicadores de desigualdade que marcam a realidade brasileira.

A noção de desigualdade envolve vários aspectos da vida humana, entre os quais o acesso a serviços públicos (educação, saúde, assistência social, defesa jurídica, etc.), condições de moradia e até mesmo desigualdade na participação política. Porém, neste trabalho a desigualdade é definida como desigualdade da distribuição de renda. Esta opção se justifica pela compreensão que numa sociedade como a brasileira, que conta com um mercado bem desenvolvido, a renda é uma boa *proxy* do padrão de vida das pessoas. Além disso, é bem mais difícil quantificar e comparar aspectos subjetivos inerentes à noção de desigualdade.

Atualmente há certo consenso em não classificar o Brasil como um país pobre, mas sim como um país em que prevalece a desigualdade de oportunidades e acesso a um padrão aceitável de qualidade de vida. Mesmo registrando um Índice de Desenvolvimento Humano – IDH que supera o patamar de 0,8, convencionado como limite mínimo para que os países sejam considerados de alto nível de desenvolvimento, o Brasil amarga, por outro lado, um dos mais elevados índices de Gini do mundo, dividindo espaço no ranking da iniquidade com países como Namíbia, Lesoto, Botsuana, Serra Leoa, Haiti e outros com perfil econômico totalmente diferente do nosso.

Para alguns, bastaria o crescimento econômico como arma para combater a pobreza e a desigualdade, uma vez que o crescimento geraria oportunidades de elevação da renda capazes de resgatar a pesada dívida social brasileira. Para outros, o crescimento por si só não é capaz de romper com a rigidez distributiva da nossa economia, que estaria arraigada em uma forte tradição clientelista da

sociedade brasileira. Esta última tese parece mais realista. O crescimento econômico *per se* não pode ser encarado como único e suficiente caminho para se atingir um nível mais razoável de qualidade de vida para todas as pessoas. Medidas que contribuam para elevar o padrão de vida dos mais pobres são fundamentais. É aí que entram os programas de transferência de renda.

Mas a partir dessa premissa surge imediatamente um debate sobre a real contribuição dos programas oficiais de transferência de renda na redução das desigualdades. Tais programas estão contribuindo para a reversão do quadro existente no país?

No artigo “Transferências de renda e redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004”, de 2006, Hoffmann conclui que a queda da distribuição de renda ocorrida no País, no período, deveria ser atribuída em sua maior parte à parcela da renda associada ao trabalho. Mas na região Nordeste o quadro foi outro: a queda da desigualdade foi puxada pela parcela que contém as transferências dos programas oficiais de distribuição de renda.

O objetivo deste trabalho é identificar como se comportou a distribuição de renda no Brasil, suas grandes regiões e nos estados do Nordeste na primeira década deste novo século, mais precisamente no intervalo entre 2001 e 2008, além de destrinchar a contribuição de cada parcela do rendimento para o comportamento da desigualdade em cada um dos estados dessa região. As perguntas a serem respondidas são: houve redução da desigualdade de renda no período analisado? Qual a contribuição de cada parcela da renda para a redução da desigualdade?

Na primeira seção são descritos os aspectos metodológicos, apresentando a base de dados e as variáveis utilizadas, bem como seus respectivos conceitos. Nessa seção é apresentada a metodologia utilizada para a decomposição do índice de Gini, que foi baseada no trabalho de Hoffmann (2006).

Na sequência, a segunda seção apresenta o comportamento da distribuição e da composição da renda, bem como a influência de cada uma das parcelas que compõem a renda para a queda da concentração verificada no

período, tanto para o Brasil como para cada uma das cinco grandes regiões. Após essa apresentação sumária, segue uma análise desse mesmo quadro para os estados do Nordeste, dividida em duas seções: a terceira, que busca identificar o comportamento da distribuição e da composição da renda em cada estado da região; e a quarta, que investiga a contribuição das diferentes parcelas que compõem a renda total para formar o resultado observado.

Na última seção são apresentadas as considerações finais do trabalho, se destacam entre as principais conclusões a queda do índice de Gini em todas as grandes regiões do País, entre 2001 e 2008. Outra constatação foi que apesar da redução do peso relativo dos rendimentos do trabalho na composição da renda nacional, a maior parte da queda do índice de Gini está associada a esta parcela do rendimento. Destaca-se também que a parcela da renda oriunda de juros e transferências oficiais ganhou importância na formação da renda familiar ao longo do período analisado, tendo contribuído fortemente para a queda da desigualdade medida pelo índice de Gini.

## 1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

### 1.1 Base de Dados

Neste trabalho foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PNAD é realizada todos os anos, com exceção daqueles nos quais são realizados os Censos Demográficos. Desde o ano de 2004 a PNAD cobre todo o país, pois até então não eram pesquisados os domicílios das áreas rurais dos estados da antiga região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá).

Neste trabalho não foram excluídos os domicílios da zona rural da região Norte para o ano de 2008, o que pode provocar distorções na comparação com o ano de 2001, já que neste ano não fora incluída esta área. No entanto, as implicações práticas desta inclusão são ínfimas, dado o reduzido tamanho da população envolvida. Além do mais, como o foco deste trabalho é analisar o comportamento da distribuição de renda na região Nordeste, a inclusão dessa área da região Norte não provoca nenhum efeito relevante.

Este trabalho busca analisar o comportamento da concentração de renda entre os anos de 2001 e 2008, tomando como base a Renda Familiar *Per Capita* (RFPC), que é definida como o quociente entre o rendimento familiar e o número de pessoas residentes, excluindo pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos (Síntese de Indicadores, IBGE, 2008).

A escolha da RFPC como variável relevante para se analisar a situação de desigualdade de renda existente numa sociedade se explica pelo fato de ser no ambiente da família que se estabelecem as relações de “solidariedade” no consumo, definindo assim o padrão de bem estar dos indivíduos (ROCHA, 2005). Para possibilitar a comparação entre os diferentes anos, a RFPC de 2001 foi atualizada

para o ano de 2008, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, INPC, calculado pelo IBGE.

Para efeito desse trabalho, o rendimento familiar é composto pela remuneração de todos os trabalhos para pessoas de 10 anos ou mais de idade (trabalho principal, secundário e outros - incluindo salários e remuneração de trabalhadores por conta própria e empregadores), denominado aqui renda do “trabalho” (TRAB), rendimentos de aposentadorias e pensões, sejam pagas por institutos oficiais (governo federal, INSS, estadual ou municipal), por entidades seguradoras ou de participação em fundos de pensão privados ou ainda de pensão alimentícia (espontânea ou judicial), denominados aqui de renda de “Seguridade social” (SEC\_SOC). Além disso, compõe ainda a renda familiar os rendimentos provenientes de aluguéis e doações, compondo a parcela chamada de “Aluguéis e doações” (ALU\_DOA), e aqueles oriundos de juros, dividendos de aplicações financeiras, juros e transferências de programas sociais, agrupados em uma categoria chamada de “juros e transferências” (TRN\_APL).

A medida de desigualdade utilizada foi o índice de Gini, largamente utilizada nas análises sobre desigualdade da distribuição de renda, que tem entre suas vantagens o fato de se prestar a decomposição por fontes de rendimento, permitindo analisar separadamente o comportamento e contribuição de cada parcela do rendimento, seja ela oriunda do trabalho, de aposentadorias, de benefícios sociais, entre outros. A noção e o cálculo deste índice são apresentados na subseção a seguir.

## 1.2 Metodologia

A metodologia utilizada para o cálculo da decomposição do Índice de Gini é baseada em Hoffmann (2006). Considerando que a RFPC da população é representado por  $x$ , sendo  $x_i$  a RFPC do  $i$ -ésimo indivíduo, com  $i$  variando de 1 a  $n$ , com  $n$  indicando o tamanho da população. Considera-se ainda que estes rendimentos sejam ordenados de forma crescente, com  $x_1 \leq x_2 \leq \dots \leq x_n$ .

Relacionando-se num mesmo plano cartesiano a proporção dos rendimentos assim organizados (eixo x), com a proporção acumulada da população (eixo y), tem-se a curva de Lorenz, apresentada no Gráfico 1. Esta curva representa a desigualdade da distribuição dos rendimentos numa população, quanto mais bem distribuída for a renda, maior será a área entre a curva de Lorenz e o eixo x, representada por  $\beta$  no Gráfico 1. Caso contrário, ou seja, quanto pior for a distribuição de renda dessa população, maior será área  $\alpha$  do mesmo gráfico, chamada de “área da desigualdade”<sup>1</sup>.

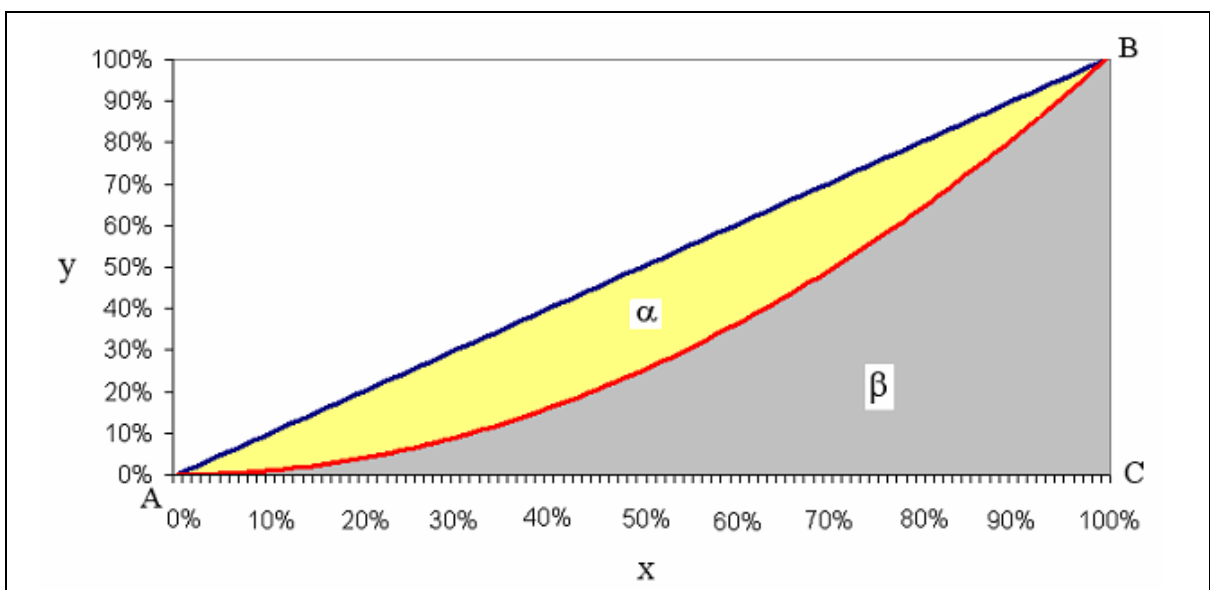


Gráfico 1 – Curva de Lorenz  
Fonte: HOFFMANN. Estatística para economistas, 1998.

Considerando  $\beta$  a área entre a curva de Lorenz e o eixo x, pode-se calcular o índice de Gini (G) da seguinte forma:

$$G = 1 - 2\beta \quad (1)$$

Se  $0 \leq \beta < 0,5$ , então  $0 \leq G < 1$ .

Admitindo que a renda  $x_i$  é composta por  $k$  parcelas, tem-se que:

$$x_i = \sum_{h=1}^k x_{hi} \quad (2)$$

<sup>1</sup> Para um detalhamento do cálculo do índice de Gini ver Hoffmann (1998).

Dessa forma é possível obter a curva de concentração de cada parcela da renda  $x_{hi}$ , ou seja, é possível calcular o quanto cada parcela da RFPC contribui para a concentração (ou desconcentração) da renda. Sendo  $\beta_h$  a área entre a curva de concentração da renda  $x_{hi}$  e o eixo x, a razão de concentração da parcela  $x_{hi}$  é calculada da seguinte forma:

$$C_h = 1 - 2\beta_h \quad (3)$$

Como a curva de concentração da parcela  $x_{hi}$  pode se situar acima da reta da igualdade perfeita, o que ocorre quando “trata-se de uma renda detida mais pelos pobres que pelos ricos” (SOARES, 2006), a razão de concentração neste caso assume valores negativos. Dessa forma, assume-se que  $-1 < C_h < 1$ .

Denominando de  $\varphi_h$  a participação da h-ésima parcela na renda total, pode-se obter o índice de Gini da distribuição da renda de cada uma das k parcelas da RFPC:

$$G = \sum_{h=1}^k \varphi_h C_h \quad (4)$$

Para efeito de cálculo da variação do índice de Gini de cada parcela k da renda entre dois períodos distintos, Hoffmann (2006) chegou à seguinte expressão:

$$\Delta G = \sum_{h=1}^k [(C_h^* - G^*)\Delta\varphi_h + \varphi_h^* \Delta C_h] \quad (5)$$

Adotando a expressão anterior (5) como a forma de calcular a decomposição da mudança do índice de Gini, a contribuição da h-ésima parcela do rendimento para a variação do coeficiente de Gini é:

$$(\Delta G)_h = (C_h^* - G^*)\Delta\varphi_h + \varphi_h^* \Delta C_h \quad (6)$$

E a respectiva contribuição percentual é:

$$s_h = \frac{100}{\Delta G} [(C_h^* - G^*)\Delta\varphi_h + \varphi_h^* \Delta C_h] \quad (7)$$

## 2 EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL E GRANDES REGIÕES ENTRE 2001 E 2008

A desigualdade de renda no Brasil vem apresentando, desde o final da última década do século passado, uma tendência de queda, seja qual for o indicador tomado como referência. Segundo Hoffmann (**Queda da desigualdade da distribuição de renda no Brasil, de 1995 a 2005, e delimitação dos relativamente ricos em 2005**. IPEA, v. 1. p. 93-105, 2006, p. 95) essa queda, inicialmente tímida, se acelerou a partir de 2001, “para a renda domiciliar *per capita*, a queda no índice de Gini entre 1995 e 2001 é muito pequena, e é apenas a partir de 2001 que se observa uma clara tendência decrescente”.

Cabe ressaltar que “apesar dessa acentuada queda, a desigualdade de renda brasileira permanece extremamente elevada. A fatia da renda total apropriada pela parcela 1% mais rica da população é da mesma magnitude que a apropriada pelos 50% mais pobres [...]” (BARROS *et al.*, 2007, p. 110).

Tomando como base a renda domiciliar *per capita* pode-se verificar no Gráfico 2 que a desigualdade cai em todo o período, mas a tendência de queda se torna mais forte a partir de 2001, o que confirma as análises de Hoffmann (2006), Barros *et al.* (2007), Barreto, Matias e Salvato (2010), entre outros estudos.



Gráfico 2 – Evolução do Índice de Gini da renda domiciliar *per capita*, Brasil, 1995 – 2008

Fonte: IPEA, Comunicado da Presidência n. 30, 2009.

Nota: exceto área rural da região Norte, uma vez que a PNAD só passou a cobrir esta área após 2004. Para não prejudicar a comparabilidade, esta área foi excluída dos anos posteriores a 2004.

Outro indicador que confirma esta tendência é taxa de crescimento da renda domiciliar *per capita* por décimos da distribuição, que mostra que enquanto a média do crescimento da renda foi de 2,8% ao ano entre 2001 e 2008, entre os 10% mais pobres o crescimento foi de 8,1% ao ano, e entre os 10% mais ricos foi de apenas 1,4% ao ano. Constata-se, na leitura do Gráfico 3, que a taxa de crescimento dos 10% mais pobres foi cinco vezes maior que a dos 10% mais ricos (IPEA, Comunicado da Presidência n. 30, s/p).

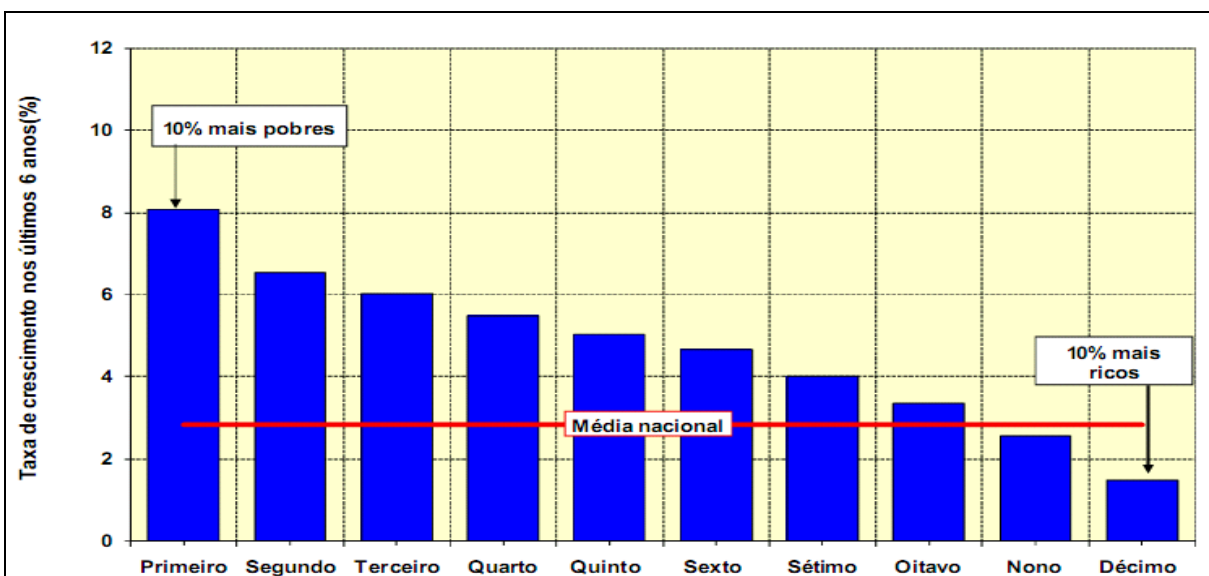


Gráfico 3 – Taxa de crescimento médio da renda domiciliar *per capita* por décimos da distribuição, Brasil, 2001 a 2008

Fonte: IPEA. Comunicado da Presidência n. 30, p. 10.

No Gráfico 4 pode-se verificar o comportamento do índice de Gini para as grandes regiões do país, constatando que a redução da desigualdade se deu em todas elas, com destaque para a região Norte, que tendo registrado uma diferença de -0,0605, emplacou uma queda de mais de 10% no período. A menor redução ocorreu na região Centro-Oeste, com 0,0322 a menos, ou cerca de 5% de queda no índice de Gini. A região Nordeste registrou uma diminuição de 0,0454 no índice de Gini, anotando uma queda de pouco mais de 7% nesse indicador entre 2001 e 2008.

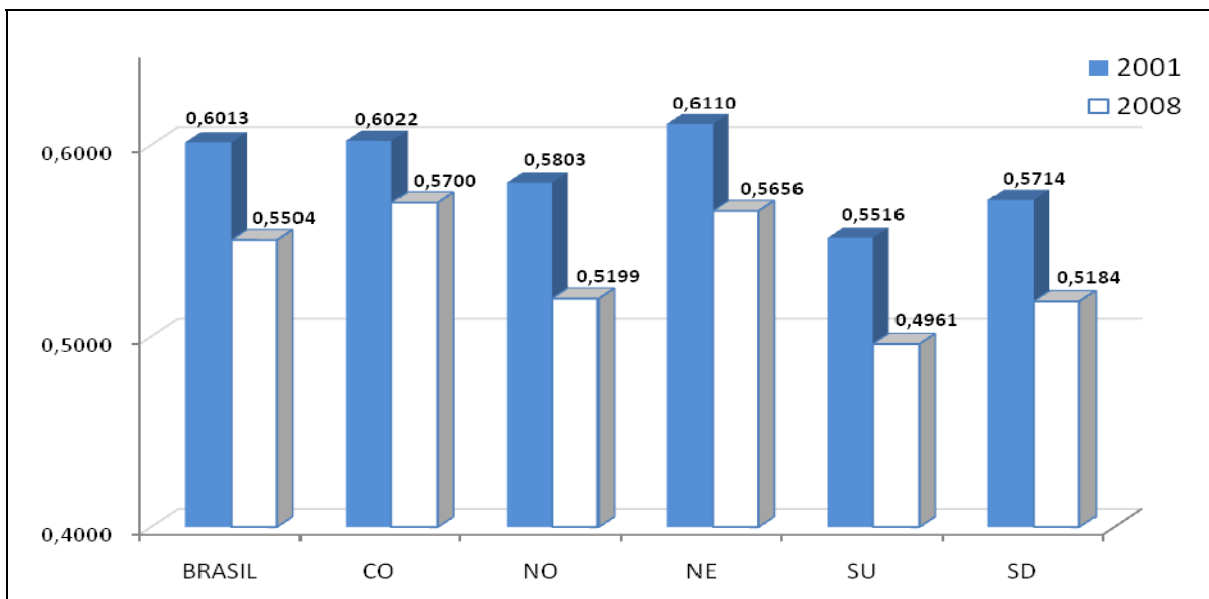


Gráfico 4 – Índice de Gini da renda familiar *per capita*, Brasil e grandes regiões, 2001–2008  
Fonte: Elaborado pelo autor utilizando dados das PNADs 2001 e 2008.

Analisando a composição da RFPC na Tabela 1, observa-se uma queda da participação relativa da parcela oriunda do trabalho entre 2001 e 2008. Isso ocorre no país como um todo e em cada uma das grandes regiões quando analisadas separadamente. No plano nacional, a redução da participação da renda do trabalho foi de 1,64 pontos percentuais, caindo de 77,93%, em 2001, para 76,30%, em 2008. Essa queda se repetiu em todas as regiões do país, variando de -2,35 pontos percentuais, ou 3,17% do seu peso inicial, no Nordeste, a -0,83 pontos percentuais, ou 1,07% a menos, na região Sul. Mesmo com essa queda, esta parcela continuava a ser aquela com maior participação relativa na formação da RFPC em todas as regiões em 2008, ocupando fatia que variava de 71,81% da RFPC no Nordeste, a 82,18% na região Norte.

Esta tendência também ocorre com a parcela da renda advinda de aluguéis e doações (ALU\_DOA), que passa de uma participação de 2,60% para 2,13% da RFPC brasileira entre 2001 e 2008. Nas regiões a variação vai de -0,51% na região Norte a -0,40% na região Sul. Esse valor parece pequeno, mas tem significância, uma vez que o peso dessa parcela oscila em torno de 2% da RFPC no ano de 2008, o que indica uma redução próxima a 1/5 da sua magnitude inicial.

Ainda tratando da parcela ALU\_DOA, pode-se observar na Tabela 1 que esta parcela passa a ter a menor participação na formação do rendimento familiar *per capita* nas regiões Norte e Nordeste, tendo sido superada, nestas regiões, pela parcela oriunda de juros e transferências oficiais (TRN\_APL).

Tabela 1 – Participação das parcelas da renda familiar *per capita* na renda total no Brasil e grandes regiões, 2001 – 2008

Brasil e Regiões	2001				2008			
	TRAB	ALU_DOA	SEC_SOC	TRN_APL	TRAB	ALU_DOA	SEC_SOC	TRN_APL
<b>BRASIL</b>	<b>77,93%</b>	<b>2,60%</b>	<b>18,54%</b>	<b>0,92%</b>	<b>76,30%</b>	<b>2,13%</b>	<b>19,38%</b>	<b>2,20%</b>
CENTRO-OESTE	83,25%	2,87%	13,04%	0,84%	81,50%	2,40%	14,31%	1,79%
NORTE	84,17%	2,38%	12,84%	0,62%	82,18%	1,86%	12,95%	3,01%
NORDESTE	74,16%	2,40%	22,25%	1,19%	71,81%	2,01%	22,35%	3,83%
SUL	76,99%	2,91%	18,85%	1,25%	76,17%	2,51%	19,52%	1,80%
SUDESTE	78,08%	2,54%	18,61%	0,77%	76,33%	2,01%	19,91%	1,75%

Fonte: Elaborado pelo autor utilizando dados das PNADs 2001 e 2008.

Num sentido contrário, a participação da renda de aposentadorias e pensões (SEC\_SOC) apresenta um aumento da participação em todas as regiões, e conseqüentemente, no país. A Tabela 01 mostra que a fatia dessa parcela na formação da renda no país aumenta de 18,54% para 19,38%, entre 2001 e 2008. Entre as grandes regiões, o aumento da participação dessa parcela de renda foi maior no Sudeste, com +1,30 pontos percentuais, e menor no Nordeste, com +0,1 pontos percentuais. Destaque-se também a grande diferença de peso desta parcela entre as regiões, com participação que oscila de um mínimo de algo em torno de 13% na região Norte a um peso de cerca de 22% no Nordeste.

A Tabela 1 indica ainda um aumento generalizado da participação da parcela de renda que reúne juros e transferências oficiais (TRN\_APL), que aumenta de 0,92% para 2,20%, ou seja, quase 140% de incremento no período, para o país

como um todo. Os destaques, nesse caso, são as regiões Norte, saindo do patamar de 0,62%, em 2001, e atingindo 3,01% em 2008 (aumento de 388%), e Nordeste, com aumento da participação relativa de 1,19% para 3,83% (223% a mais que no início do período). Com esse aumento, o Nordeste passou a ser a região na qual a parcela TRN\_APL teve a maior participação relativa na formação da RFPC, comparativamente às demais regiões. É exatamente nestas duas regiões onde é maior o número de beneficiários dos programas oficiais de distribuição de renda, entre os quais se destaca o Programa Bolsa Família (PBF). Norte e Nordeste juntos somam mais de 60% do total de famílias beneficiadas por este Programa<sup>2</sup>.

Mais que uma queda absoluta nas parcelas oriundas do trabalho (TRAB) e de aluguéis e doações (ALU\_DOA), este movimento pode ser explicado pelo aumento da importância das outras parcelas na formação da renda, seja a parcela da renda de aposentadorias e pensões (SEC\_SOC), que foi beneficiada pelo aumento real do salário mínimo, com ganho real de cerca de 40% no período analisado<sup>3</sup>, seja a parcela advinda de juros e transferências oficiais (TRN\_APL), que contém, entre outras, a renda oriunda dos programas sociais oficiais, cujo peso maior nesse período deve-se ao PBF.

O índice de Gini pode ser decomposto nas várias parcelas que compõem a renda familiar *per capita*. Sendo assim, é possível revelar a contribuição de cada parcela da RFPC na evolução (redução ou aumento) da desigualdade, a chamada de razão de concentração ( $C_h$ ) de cada parcela da renda (conforme equação 3). As razões de concentração de cada parcela da RFPC podem ser vistas na Tabela 2, que revela a queda da razão de concentração da renda do trabalho (TRAB) no Brasil de 0,5949 em 2001 para 0,5506 em 2008, ficando em ambos os anos um pouco abaixo do Índice de Gini que era de 0,6013 em 2001 e 0,5504 em 2008.

O destaque que pode ser observado na Tabela 2 é a significativa queda da razão de concentração do componente advindo da parcela de renda que contém

---

<sup>2</sup> Em 2008 o PBF atendeu 10.557.996 famílias em todo o país. Com 5.445.428 famílias o Nordeste detinha 51,6% dos beneficiários. Já a região Norte detinha 10,2%, com 1.075.885 famílias atendidas pelo PBF em 2008 ([www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)).

<sup>3</sup> O Salário Mínimo em 2001 era de R\$ 180,00 em 2001 e de R\$ 415,00 em 2008. A inflação, medida pelo INPC, entre abril de 2001 e março de 2008 foi de 66,98%.

juros e transferências de programas sociais oficiais – TRN\_APL, o valor dessa variável para o Brasil cai de 0,5478 em 2001 para 0,1916 em 2008, correspondendo a um novo – e bem inferior – patamar, indicando uma contribuição significativa desta parcela de renda para a queda da desigualdade ao longo do período analisado.

Tabela 2 – Razões de concentração relativas ao índice de Gini da distribuição da RFPC, Brasil e grandes regiões, 2001 – 2008

Brasil e Regiões	2001				2008			
	TRAB	ALU_DOA	SEC_SOC	TRN_APL	TRAB	ALU_DOA	SEC_SOC	TRN_APL
<b>BRASIL</b>	<b>0,5949</b>	<b>0,6989</b>	<b>0,6172</b>	<b>0,5478</b>	<b>0,5506</b>	<b>0,7126</b>	<b>0,5725</b>	<b>0,1916</b>
CENTRO-OESTE	0,5932	0,6744	0,6450	0,5830	0,5658	0,6908	0,6204	0,1945
NORTE	0,5766	0,6427	0,5999	0,4398	0,5273	0,6511	0,5690	0,0239
NORDESTE	0,6079	0,6055	0,6465	0,1519	0,5794	0,6630	0,6129	-0,0201
SUL	0,5365	0,7226	0,5817	0,6261	0,4908	0,7341	0,5008	0,3375
SUDESTE	0,5611	0,6974	0,5918	0,7005	0,5078	0,7106	0,5464	0,4436

Fonte: Elaborado pelo autor utilizando dados das PNADs 2001 e 2008.

Na mesma Tabela 2 percebe-se um movimento no sentido contrário, percorrido pelas parcelas de renda oriundas de aluguéis e seguridade social, as quais contribuíram para ampliar a desigualdade de renda existente no país, já que as razões de concentração das mesmas se mantiveram acima do índice de Gini ao longo de todo o período, puxando a concentração para um patamar superior.

A Tabela 3 apresenta a contribuição de cada parcela da RFPC para a variação do índice de Gini ocorrida no período. Para o Brasil, assim como todas as grandes regiões, o rendimento do trabalho é o maior responsável pela queda da concentração de renda. O peso desta parcela na redução do índice de Gini foi de 67,01% para o país, e varia de 45,97% na região Nordeste a 77,45% na região Sudeste.

A seguridade social aparece como a segunda maior contribuição para a redução do índice de Gini, com um peso de 16,36% no plano nacional, e um peso que varia de 6,53% na região Norte a 27,77% na região Sul do país.

Em terceiro lugar, com contribuição bastante próxima da parcela oriunda da seguridade, apesar do peso na formação da RFPC ser bastante inferior, surge a parcela que agrega renda de juros e transferências oficiais – TRN\_APL, cujo peso

na composição do índice de Gini para o Brasil foi de 16,06%. O peso dessa parcela na formação do índice de Gini foi caracterizado por uma grande dispersão, variando do mínimo de 5,62% para a região Sudeste, a 25% no Norte e quase 40% do peso na queda do índice na região Nordeste, o que mostra a importância desse tipo de rendimento na queda da desigualdade nas regiões mais pobres.

Tabela 3 – Decomposição do Índice de Gini por fonte de renda, Brasil e grandes regiões, 2001 - 2008

Brasil e Regiões	TRAB		ALU DOA		SEC SOC		TRN APL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
<b>BRASIL</b>	<b>-0,0341</b>	<b>67,01%</b>	<b>-0,0003</b>	<b>0,58%</b>	<b>-0,0083</b>	<b>16,36%</b>	<b>-0,0082</b>	<b>16,06%</b>
CENTRO- OESTE	-0,0225	69,69%	0,0000	0,04%	-0,0028	8,63%	-0,0070	21,64%
NORTE	-0,0411	67,88%	-0,0003	0,53%	-0,0039	6,53%	-0,0152	25,07%
NORDESTE	-0,0209	45,97%	0,0011	-2,40%	-0,0075	16,46%	-0,0181	39,98%
SUL	-0,0349	62,96%	-0,0005	0,90%	-0,0154	27,77%	-0,0046	8,37%
SUDESTE	-0,0410	77,45%	-0,0005	1,03%	-0,0084	15,90%	-0,0030	5,62%

Fonte: Elaborado pelo autor utilizando dados das PNADs 2001 e 2008.

A leitura da Tabela 3 indica ainda que a renda proveniente de aluguéis praticamente não interfere na redução do índice de Gini no período, tendo registrado uma participação de apenas 0,58% para o índice do Brasil. A observação que deve ser feita no caso desta parcela da RFPC é a contribuição negativa na formação do índice de Gini para a região Nordeste, cujo percentual de -2,40% indica a contribuição desta parcela não para a redução do índice de Gini, mas para seu aumento.

### 3 EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE E MUDANÇAS NA COMPOSIÇÃO DA RFPC NOS ESTADOS DO NORDESTE ENTRE 2001 E 2008

Seguindo a tendência apresentada pelo Brasil e grandes regiões, todos os estados do Nordeste registraram queda no índice de Gini entre 2001 e 2008. Enquanto a queda anotada no País foi de 8,5% no período, no Nordeste a redução foi de 7,4%. Mesmo tendo sido uma queda um pouco menor que a média nacional, em 2008 o Nordeste já não era mais a região com o maior nível de desigualdade de renda, posição que foi assumida pelo Centro-Oeste.

Na Tabela 4 é apresentada a evolução do índice de Gini dos estados nordestinos, evidenciando que apenas três estados da região: Ceará, que registrou uma redução de 12,4%, Maranhão e Pernambuco, com queda de 9,6% e 8,8%, respectivamente, experimentaram uma variação superior à média nacional, tanto em diferença absoluta, quanto em percentual. Já os demais estados da região, apesar de também registrarem queda nesse indicador, a tiveram em intensidade mais branda que a média do País, com destaque negativo para a Paraíba, que com uma queda de 2,7% logrou a menor variação no período.

O Piauí registrou variação de -0,0289, o que significou uma queda do índice de Gini de 4,7%, pouco significativa relativamente aos seus vizinhos, superando apenas o estado da Paraíba.

Tabela 4 – Evolução do Índice de Gini no Brasil e estados do Nordeste, 2001 – 2008

<b>Brasil e Ufs</b>	<b>2001</b>	<b>2008</b>	<b>Varição Absoluta</b>	<b>Varição Relativa</b>
BRASIL	0,6013	0,5504	-0,0509	-8,5%
<b>NORDESTE</b>	<b>0,6110</b>	<b>0,5656</b>	<b>-0,0454</b>	<b>-7,4%</b>
Alagoas	0,6162	0,5864	-0,0298	-4,8%
Bahia	0,6042	0,5679	-0,0363	-6,0%
Ceará	0,6224	0,5455	-0,0769	-12,4%
Maranhão	0,5876	0,5314	-0,0562	-9,6%
Paraíba	0,6075	0,5909	-0,0165	-2,7%
Pernambuco	0,6283	0,5730	-0,0553	-8,8%
Piauí	0,6132	0,5843	-0,0289	-4,7%
Rio Grande do Norte	0,5921	0,5615	-0,0306	-5,2%
Sergipe	0,5804	0,5443	-0,0360	-6,2%

Fonte: Elaborado pelo autor utilizando dados das PNADs 2001 e 2008.

Neste período ocorreu uma alteração na estrutura da RFPC dos estados nordestinos, caracterizada pelo aumento da participação relativa da renda oriunda de juros e transferências oficiais – TRN\_APL, que ultrapassou a parcela advinda de aluguéis – ALU\_DOA, e deixou de ser aquela com menor peso relativo na formação da RFPC da região. Pode-se observar na Tabela 5 que a renda oriunda de TRN\_APL que contribuía com 1,19% do total da RFPC em 2001, atingiu sete anos depois o patamar de 3,83% na média dos estados nordestinos. Nesse período o Nordeste se tornou a região com a maior participação relativa desta parcela do rendimento na formação da RFPC, e Alagoas no ano de 2008 foi o estado brasileiro com maior participação dessa parcela na formação da renda, com um peso de 4,42% na composição da RFPC do Estado.

O aumento da participação dessa parcela ao longo do período analisado se deu em detrimento da queda de participação da renda do trabalho, que sofreu redução de 2,35 pontos percentuais, e da parcela ALU\_DOA, em menor grau, registrando queda de 0,39 pontos percentuais. Já a renda de SEC\_SOC praticamente mantém a sua participação relativa, tendo registrado um leve aumento de 0,10 pontos percentuais.

No caso do Piauí, a única parcela de rendimento que aumenta sua participação relativa ao longo do período analisado é a renda advinda de TRN\_APL, que passa a representar 3,83% da RFPC em 2008 – exatamente o valor da média dos estados nordestinos e mais que o dobro da participação relativa desta parcela registrado em 2001, que era de 1,76%. Todas as outras parcelas da RFPC para o estado registraram uma redução da participação relativa no período, com valores que variaram de -1,51 pontos percentuais para a parcela TRAB, -0,49 pontos percentuais para ALU\_DOA e -0,06 pontos percentuais para a parcela SEC\_SOC, conforme se pode inferir na Tabela 5.

Somente os estados de Alagoas e Sergipe, diferentemente dos outros estados da região, registraram aumento do peso relativo da renda do trabalho. A mesma Tabela 5 revela também que cinco estados da região – Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, registraram um aumento da renda oriunda de SEC\_SOC ao longo do período, contribuindo para que na média da

região esta parcela da RFPC apresentasse um leve aumento. Em todos os estados nordestinos a participação da parcela ALU\_DOA foi menor em 2008 do que era no início do período analisado.

Tabela 5 – Participação das parcelas na formação da RFPC, Brasil e estados do Nordeste, 2001 – 2008

Brasil, NE e UFs	PARTICIPAÇÃO NA RENDA FAMILIAR							
	2001				2008			
	TRAB	ALU_DOA	SEC_SOC	TRN_APL	TRAB	ALU_DOA	SEC_SOC	TRN_APL
<b>BRASIL</b>	<b>77,93%</b>	<b>2,60%</b>	<b>18,54%</b>	<b>0,92%</b>	<b>76,30%</b>	<b>2,13%</b>	<b>19,38%</b>	<b>2,20%</b>
NORDESTE	74,16%	2,40%	22,25%	1,19%	71,81%	2,01%	22,35%	3,83%
Alagoas	69,63%	2,82%	26,69%	0,85%	72,88%	1,83%	20,87%	4,42%
Bahia	76,83%	2,30%	19,99%	0,88%	73,08%	2,09%	21,32%	3,51%
Ceará	72,10%	2,90%	23,27%	1,73%	70,71%	2,17%	23,14%	3,98%
Maranhão	81,94%	1,67%	16,18%	0,21%	76,33%	1,29%	18,22%	4,15%
Paraíba	68,73%	2,38%	27,15%	1,74%	68,17%	2,03%	25,54%	4,26%
Pernambuco	72,98%	2,08%	23,49%	1,45%	70,20%	1,97%	23,51%	4,32%
Piauí	66,13%	3,61%	28,50%	1,76%	64,62%	3,12%	28,44%	3,83%
R. G. do Norte	74,13%	2,67%	21,77%	1,43%	72,65%	2,10%	22,03%	3,21%
Sergipe	77,14%	1,87%	20,43%	0,56%	77,54%	1,22%	18,99%	2,26%

Fonte: Elaborado pelo autor utilizando dados das PNADs 2001 e 2008.

Esta queda do índice de Gini somada à maior participação da renda advinda de juros e transferências oficiais são indicativos do peso desta parcela da renda na queda da desigualdade, assunto que será abordado na próxima seção.

#### 4 CONTRIBUIÇÃO DAS PARCELAS DO RENDIMENTO PARA A QUEDA DA DESIGUALDADE DE RENDA NO NORDESTE ENTRE 2001 E 2008

Neste tópico é analisada a contribuição de cada parcela da RFPC para a queda da desigualdade apontada no item anterior. Esta análise se vale da possibilidade de decomposição do índice de Gini, conforme fórmulas (6) e (7) apresentadas na seção que trata dos aspectos metodológicos no início deste trabalho. A participação percentual de uma parcela  $h$  qualquer na evolução do índice de Gini ( $s_h$ ) é função da participação desta parcela na formação da RFPC ( $q_h$ ), e da razão de concentração desta parcela ( $C_h$ ).

A Tabela 6 apresenta as razões de concentração relativas ao índice de Gini de cada uma das parcelas da RFPC nos anos de 2001 e 2008. Percebe-se que, com exceção do estado de Alagoas, todos os outros estados nordestinos registraram queda na razão de concentração da parcela de renda do trabalho (TRAB), sendo que a maior queda foi registrada pelo Ceará (-0,0673) e a menor a da Paraíba (-0,0043), ressalvando o aumento de 0,0440 dessa variável registrado no estado de Alagoas.

Tabela 6 – Razão de concentração do Índice de Gini, Brasil e estados do Nordeste, 2001 – 2008

Brasil, NE e UFs	RAZÕES DE CONCENTRAÇÕES DE RENDA								Índice de Gini	
	2001				2008				2001	2008
	TRAB	ALU_DOA	SEC_SOC	TRN_APL	TRAB	ALU_DOA	SEC_SOC	TRN_APL		
<b>BRASIL</b>	<b>0,5949</b>	<b>0,6989</b>	<b>0,6172</b>	<b>0,5478</b>	<b>0,5506</b>	<b>0,7126</b>	<b>0,5725</b>	<b>0,1916</b>	<b>0,6013</b>	<b>0,5504</b>
<b>NORDESTE</b>	<b>0,6079</b>	<b>0,6055</b>	<b>0,6465</b>	<b>0,1519</b>	<b>0,5794</b>	<b>0,6630</b>	<b>0,6129</b>	<b>-0,0201</b>	<b>0,6110</b>	<b>0,5656</b>
Alagoas	0,5765	0,6142	0,7332	0,2008	0,6205	0,5886	0,5992	-0,0383	0,6162	0,5864
Bahia	0,6014	0,6851	0,6221	0,2258	0,5811	0,7137	0,6066	-0,0288	0,6042	0,5679
Ceará	0,6213	0,6155	0,6663	0,0878	0,5540	0,6840	0,6111	-0,0620	0,6224	0,5455
Maranhão	0,5909	0,5264	0,5814	0,2206	0,5609	0,5521	0,5363	-0,0408	0,5876	0,5314
Paraíba	0,6151	0,4218	0,6502	-0,1054	0,6108	0,6196	0,6144	0,1181	0,6075	0,5909
Pernambuco	0,6299	0,5715	0,6531	0,2197	0,5849	0,6666	0,6318	0,0166	0,6283	0,5730
Piauí	0,5975	0,6954	0,6679	0,1477	0,5787	0,6487	0,6792	-0,0792	0,6132	0,5843
R.G. do										
Norte	0,6004	0,5325	0,5915	0,2844	0,5727	0,6352	0,6002	-0,0050	0,5921	0,5615
Sergipe	0,5682	0,5281	0,6525	-0,1968	0,5521	0,5362	0,5973	-0,1646	0,5804	0,5443

Fonte: Elaborado pelo autor utilizando dados das PNADs 2001 e 2008.

A razão de concentração da renda oriunda de aluguéis e doações – ALU\_DOA aumenta para quase todos os estados, com exceção de Alagoas e Piauí,

que com variações de -0,0256 e -0,0467, respectivamente, foram os únicos a registrarem queda deste indicador no período, o que mostra que nestes dois estados, ao contrário do que ocorreu nos demais, esta parcela de renda contribuiu para a redução da concentração de renda. O comportamento da razão de concentração da renda de aposentadorias e pensões (SEC\_SOC) é inverso: apenas dois estados registraram elevação ao longo do período analisado: Piauí com aumento de 0,0113, e Rio Grande do Norte com + 0,0087, indicando contribuição para aumento da concentração de renda nestes dois estados.

Quanto à contribuição da parcela que contém a renda de juros e transferências oficiais (TRN\_APL), conforme pode ser visto na Tabela 6, em quase todos os estados da região a razão de concentração desta parcela da renda se reduziu significativamente entre 2001 e 2008. A exceção foi o estado da Paraíba, no qual a razão de concentração desta parcela de renda sofreu aumento de 0,2236 na razão de concentração de TRN\_APL entre 2001 e 2008, indicando contribuição para o aumento da concentração de renda ao longo do período neste Estado.

A Tabela 7 apresenta a decomposição do índice de Gini, indicando a contribuição de cada parcela para a variação do mesmo no período, em valores absolutos ( $\Delta G_i$  - coluna VALOR), e relativos ( $s_i$  - coluna %).

A análise deste indicador para o Brasil mostra que a maior parte da queda da desigualdade está associada aos rendimentos do trabalho, responsáveis por quase 70% da queda do índice de Gini. No Nordeste, o peso dessa parcela na queda do índice de Gini se reduz para 45,97%, mas mesmo com um peso menor, a renda oriunda do trabalho continua sendo a maior responsável pela redução da desigualdade na região. Essa queda do peso da renda advinda do trabalho na região Nordeste encontra explicação no aumento do peso da renda oriunda de juros e transferências oficiais, TRN\_APL, que tendo contribuído com quase 40% da redução do Gini da região, ocupa um segundo lugar quase emparelhado com a renda do trabalho, enquanto que no Brasil esta mesma parcela (TRN\_APL) explica apenas 16,06% da redução do índice e fica em terceiro lugar em contribuição para a queda do índice de Gini.

Tabela 7 – Decomposição do Índice de Gini por parcela da RFPC, Brasil, Nordeste e Estados Nordestinos, 2001 – 2008

Brasil, NE e UFs	TRAB		ALU_DOA		SEC_SOC		TRN_APL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
<b>BRASIL</b>	<b>-0,0341</b>	<b>67,01%</b>	<b>-0,0003</b>	<b>0,58%</b>	<b>-0,0083</b>	<b>16,36%</b>	<b>-0,0082</b>	<b>16,06%</b>
NORDESTE	-0,0209	45,97%	0,0011	-2,40%	-0,0075	16,46%	-0,0181	39,98%
Alagoas	0,0313	-104,96%	-0,0006	2,00%	-0,0356	119,59%	-0,0249	83,37%
Bahia	-0,0154	42,52%	0,0004	-1,09%	-0,0028	7,82%	-0,0184	50,74%
Ceará	-0,0481	62,56%	0,0013	-1,63%	-0,0129	16,76%	-0,0172	22,31%
Maranhão	-0,0247	43,89%	0,0005	-0,81%	-0,0078	13,83%	-0,0242	43,10%
Paraíba	-0,0030	18,20%	0,0046	-27,98%	-0,0100	60,27%	-0,0082	49,51%
Pernambuco	-0,0325	58,76%	0,0019	-3,45%	-0,0050	9,05%	-0,0197	35,65%
Piauí	-0,0121	41,95%	-0,0019	6,69%	0,0032	-10,95%	-0,0180	62,31%
Rio G. do Norte	-0,0205	66,92%	0,0024	-7,88%	0,0020	-6,43%	-0,0145	47,39%
Sergipe	-0,0125	34,58%	0,0003	-0,89%	-0,0118	32,66%	-0,0121	33,65%

Fonte: Elaborado pelo autor utilizando dados das PNADs 2001 e 2008.

A análise da Tabela 7 revela que nos estados do Rio Grande do Norte, com 66,92% de participação na queda do índice de Gini, Ceará (62,56%), Pernambuco (58,76%), Maranhão (43,89%) e Sergipe (34,58%), a renda oriunda do trabalho foi a grande responsável pela queda do índice de Gini. Já nas Alagoas esta parcela da renda teve um efeito concentrador, que pode ser visto na contribuição negativa para a redução de Gini neste estado de -104,96%.

A Tabela 7 revela ainda que a participação da renda de aposentadorias e pensões, parcela SEC\_SOC, foi praticamente a mesma no País e no Nordeste, oscilando em torno de 16%. Deve-se registrar, porém, uma grande diferenciação do peso deste rendimento entre os estados nordestinos. Na Paraíba e em Alagoas, esta parcela foi a que mais contribuiu para a redução do índice de Gini verificada no período, com contribuição de 60,27% e 119% da queda observada, respectivamente. Já no caso do Piauí a situação se inverte, pois esta parcela contribuiu para que o Gini fosse elevado em 0,0032, ou uma participação negativa de 10,95% da diferença registrada no estado.

No caso da renda de aluguéis e doações, parcela ALU\_DOA, a mesma contribui levemente para a redução do índice de Gini no Brasil, com participação positiva de 0,58%. No Nordeste a mesma parcela colabora para o aumento da concentração, com participação negativa na queda do índice de Gini de 2,40%,

indicando que na região esta parcela da RFPC exerce uma força antagônica à redução da desigualdade ao longo do período analisado, conforme Tabela 7.

A leitura da Tabela 7 mostra a forte contribuição da renda de juros e transferências oficiais, parcela TRN\_APL, para a redução da desigualdade no Nordeste, com contribuição que chega a ultrapassar a marca dos 80%, como no caso das Alagoas. Em dois estados, Piauí (63,31%) e Bahia (50,74%), foi esta parcela de renda que deu a maior contribuição para a redução da desigualdade de renda. Mesmo no estado nordestino com menor contribuição desta parcela, o Ceará (com 22,31%), o peso ainda supera a média nacional (16,06%).

Essa vigorosa participação pode ser um indicativo da importância dos programas sociais de transferência de renda para a redução das desigualdades no Nordeste. Esta região concentrava cerca de 50% dos pobres do Brasil em 2007 (BARRETO; MANSO; SANTOS, 2009), justificando o fato de ter mais da metade das famílias beneficiadas com o principal programa de transferência de renda do Governo Federal, o PBF, no mesmo ano<sup>4</sup>.

Outro indicador que aponta para a importância do PBF para a formação da renda no Nordeste é o fato de mais de 1/3 das famílias da região ter sido beneficiada pelo PBF em 2008, marca que em nível nacional atingiu uma média bem inferior, próxima a 1/6. Sendo assim, é natural que o peso das transferências na formação da renda nordestina seja consideravelmente maior que no resto do Brasil, considerando somente o PBF, tem-se uma relação entre valor transferido por este Programa em 2007 e valor do PIB registrado no mesmo ano<sup>5</sup> da ordem de 1,36% para o Nordeste, enquanto que para o Brasil essa relação se reduz para 0,34%. O peso destas transferências para alguns estados do Nordeste pode ser ainda maior, como no caso do Piauí, onde os valores injetados no estado pelo PBF representaram 2,27% do PIB do Estado em 2007.

---

<sup>4</sup> De um total de 11.043.076 de famílias atendidas pelo PBF em 2007, 5.573.605, correspondendo a 50,4%, estavam no Nordeste. (<http://www.mds.gov.br>)

<sup>5</sup> 2007 é o ano mais recente da série de dados sobre o PIB dos estados disponibilizada pelo IBGE.

A elevada participação da renda de juros e transferências oficiais na redução da desigualdade de renda no Nordeste ocorre apesar da reduzida participação relativa ocupada por esta parcela na formação da RFPC, que com peso de 3,83% em 2008, conforme apresentado na Tabela 5, atinge sua maior fatia na formação da renda exatamente nesta região.

A Tabela 7 revela que a parcela SEC\_SOC contribuiu para a redução da concentração em quase todos os estados da região Nordeste, com exceção dos estados do Rio Grande do Norte e Piauí, que com  $s_h$  de -6,43% e de -10,95%, respectivamente, registram uma contribuição dessa parcela para o aumento do índice de Gini, e por consequência, da desigualdade nestes estados. Esta parcela tem papel relevante na definição da trajetória da desigualdade, uma vez que detém o segundo maior peso na formação da RFPC, respondendo por mais de 1/5 da RFPC da região (ver Tabela 5).

No Piauí, somente as aposentadorias e pensões reforçaram a concentração de renda, indicando que a seguridade social não exerceu efeito distributivo neste estado ao longo do período analisado.

A Tabela 7 mostra, ainda, que a renda ALU\_DOA apesar de exercer um efeito reverso sobre o processo de desconcentração de renda no Nordeste tem papel bastante diferenciado entre seus estados, promovendo a concentração em sete dos nove estados da região, atingindo sua maior contribuição para o aumento da desigualdade no estado da Paraíba, com contribuição absoluta para o aumento do índice de Gini de 0,0046, ou cerca de 28% da redução ocorrida neste estado. Porém, esta mesma parcela exerceu efeito positivo para a redução do índice de Gini nos estados do Piauí e Alagoas, de 6,69% e 2%, respectivamente. Observa-se também, na mesma Tabela, que os valores absolutos dessas contribuições foram sempre muito reduzidos, dado o diminuto peso dessa parcela na formação da renda da região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar a evolução da desigualdade de renda no Brasil, nas grandes regiões e nos estados do Nordeste entre 2001 e 2008, avaliando a contribuição de cada parcela da renda para a redução ou aumento da desigualdade de renda. Foi seguida a metodologia de Hoffmann (2006) no artigo “Transferências de renda e a redução das desigualdades no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004”, que adota o índice de Gini como medida da desigualdade.

Os resultados mostraram que o índice de Gini caiu em todas as grandes regiões do país, destacando-se a região Norte, com mais de 10% de queda no período analisado. Nesse período a queda do índice de Gini no Nordeste, de 7,4%, foi menor do que a verificada na média para o Brasil, que foi de 8,5%. Em apenas três estados nordestinos, Ceará, com uma redução de 12,4%, Maranhão e Pernambuco, com queda de 9,6% e 8,8%, respectivamente, a variação foi superior à média nacional, tanto em diferença absoluta, quanto em percentual.

Constatou-se que o peso relativo dos rendimentos oriundos do trabalho na composição da renda cai no Brasil, em todas as grandes regiões e em sete estados do Nordeste, inclusive no Piauí. Não foi investigada a variação absoluta desta parcela da renda, mas não há elementos fáticos que apontem para uma queda absoluta, ao contrário, o ganho real do salário mínimo verificado no período, de cerca de 40%, e o aumento do número de empregos formais indicam que esta parcela tenha tido desempenho positivo ao longo desse intervalo. Uma análise mais acurada do comportamento da renda oriunda do trabalho é recomendável para o entendimento deste comportamento.

Contrário à queda da participação relativa da renda do trabalho, registrou-se um aumento da participação relativa da renda oriunda de juros e transferências oficiais – TRN\_APL. Esta parcela aumenta sua participação relativa na formação da RFPC no Brasil e em todas as regiões. No Norte e no Nordeste esta parcela deixou de ter o menor peso relativo na formação da renda, posto que passou a ser ocupado pela parcela de renda advinda de aluguéis e doações (ALU\_DOA).

A maior parte da queda da desigualdade de renda registrada no período está associada ao rendimento do trabalho – TRAB, que no Brasil responde por mais de 2/3 da queda do índice de Gini. Essa preponderância já havia sido constatada no estudo realizado por Hoffmann que serviu como base para este trabalho. Porém, diferentemente do que o estudo de Hoffmann apontou a prevalência da renda do trabalho na queda da desigualdade também ocorreu na região Nordeste. A contribuição da renda do trabalho cai para cerca de 45% quando se analisa o comportamento da região Nordeste, mas continua sendo a preponderante na melhoria da distribuição de renda nesta região.

A análise da decomposição da variação do índice de Gini para os estados nordestinos revelou diferenças na contribuição de cada parcela para a queda do índice registrado no período. Em cinco estados, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco, Maranhão e Sergipe, a maior contribuição para a queda do índice de Gini no período foi dada pela renda do trabalho. Já no Piauí e na Bahia a parcela de renda que contempla juros e as transferências oficiais foi aquela com maior contribuição para a redução do referido índice. Na Paraíba e em Alagoas a contribuição para a redução da desigualdade veio principalmente da previdência social.

A forte contribuição da renda advinda de juros e transferências oficiais (TRN\_APL) para a queda da desigualdade de renda, com peso de 16,06% no País como um todo e 39,98% quando analisamos somente o Nordeste, deve ser mais bem investigada, em especial o peso dos programas oficiais de transferência de renda nesse processo, principalmente no Nordeste, região que concentra o maior número de pobres do País.

Porém, um alerta deve ser feito, uma contribuição elevada dessa parcela pode indicar problemas na sustentabilidade do processo de redução da desigualdade, pois sua manutenção dependerá, em parte, de volumes crescentes de recursos aportados nos programas oficiais de transferência de renda, conforme afirma SOARES (2006).

Os resultados contidos neste trabalho devem ser relativizados, pois os mesmos têm origem na PNAD, que recebe críticas como fonte de dados para análise da renda por estar sujeita a subestimação das informações. Dessa forma, uma análise mais acurada das contribuições das parcelas de renda advindas do trabalho e das transferências oficiais se faz necessária para evidenciar melhor o cenário.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, F. A. *et al.* **Crescimento econômico, concentração de renda e seus efeitos sobre o nível de pobreza dos estados brasileiros.** Fortaleza: CAEN-UFC, 2009. (Ensaio sobre Pobreza, n. 4).

\_\_\_\_\_.; MANSO, C. A.; SANTOS, J. A. S. dos. **O mapa da extrema indigência no Ceará e o custo financeiro de sua extinção.** Fortaleza: CAEN-UFC, 2009. (Relatório de Pesquisa, n. 5).

\_\_\_\_\_. *et al.* **Quais os estados brasileiros que obtiveram os melhores desempenhos?** Fortaleza: CAEN-UFC, 2009. p. 1 (Relatório de Pesquisa, n. 6).

\_\_\_\_\_. **O Ceará na era Cid Gomes.** Fortaleza: CAEN-UFC, 2009. p.1 (Relatório de Pesquisa, n. 7).

\_\_\_\_\_. *et al.* **O que mais impacta na redução da pobreza: é o crescimento da renda ou redução da desigualdade?** Estimativas para as regiões brasileiras. Fortaleza: CAEN-UFC, 2009. (Ensaio sobre Pobreza, n. 16).

BARROS, R. P. de *et al.* ; A queda recente da desigualdade de renda no Brasil. In: BARROS, R. P. de *et al.* (Orgs.) **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente.** Rio de Janeiro: IPEA, 2007. v. 1, cap. 2, p. 107-127.

HOFFMANN, R. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000. cap. 3, p. 81-105.

\_\_\_\_\_. Medidas de desigualdade. In: \_\_\_\_\_. **Estatística para Economistas.** São Paulo: Thomson Pioneira, 1998, cap. 17, p.335-382.

\_\_\_\_\_. Transferência de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. **Revista Econômica,** Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2006.

\_\_\_\_\_. Queda da desigualdade da distribuição de renda no Brasil, de 1995 a 2005, e delimitação dos relativamente ricos em 2005. In: BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel (orgs). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente.** Brasília: IPEA, v. 1. p. 93-105, 2006.  
Disponível em:

<[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/desigualdaderendanobrasil/Cap\\_01\\_QuedaDesigualdadedaDistribuicao.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/desigualdaderendanobrasil/Cap_01_QuedaDesigualdadedaDistribuicao.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2010.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Síntese de Indicadores. 2008. Rio de Janeiro, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, Brasília. **PNAD 2008**: Primeiras análises [de] desigualdade de renda; sobre a evolução recente da pobreza e da desigualdade; condições de vida: qualidade dos domicílios e acesso a bens. (Comunicado da presidência, n. 30). Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/090923\\_ComuPres30final.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/090923_ComuPres30final.pdf)>. Acesso em: 06 jan. 2010.

MATIAS, J. de S.; BARRETO, F. A.; SALVATO, M. A. **Sobre a qualidade do crescimento econômico no Brasil: de 1995 a 2008. Uma análise comparativa entre estados e regiões brasileiras**. Fortaleza: CAEN-UFC. (Ensaio sobre Pobreza, n. 22)

ROCHA, S. Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. cap. 4, p. 109-127.

\_\_\_\_\_. **Pobreza no Brasil**: afinal de que se trata? 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. Pobreza e indigência no Brasil: algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, 2006.

\_\_\_\_\_. **Pobreza e indigência**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Disponível em: <[http://www.iets.org.br/article.php3?id\\_article=915](http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=915)>. Acesso em: 10 ago. 2009.

ROCHA, H. et al. **A contribuição das parcelas do rendimento mensal domiciliar para a distribuição de renda no meio rural do estado do Ceará**. Disponível em: <<http://www.iplance.ce.gov.br/economia-do-ceara-em-debate/vencontro/artigos/>>. Acesso em: 26 set. 2009.

SOARES, S. S. D. **Metodologias para estabelecer a linha da pobreza**: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. (Texto para Discussão, n. 1381).